

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2022
(Mandato 2021/2025)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2022

CONTÉM 15 PÁGINAS

mtw.
Paredes
[Signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2022 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO,
INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23H00

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	3
= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =	4
= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =	4
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	4
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	7
= ORDEM DO DIA =	11
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =	11
REPRESENTANTE NA COMISSÃO CONSULTIVA DO PDM	12
2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DESPESA E PPI	13
3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 2022	14
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	14
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =	15
= ENCERRAMENTO =	15



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Recebido
[Signature]

= ABERTURA =

----- No dia trinta do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro Araujo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 13-09-2022.-----

Registou-se a falta do membro Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares, que nos termos legais, procedeu à respetiva justificação.-----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: Registou-se a presença de José Augusto Brito Pacheco (PS), Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Natércia das Dores Barbosa da Silva (PPD/PSD.CDS/PP); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.-----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Venâncio Fernandes (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS).-----

SUBSTITUIÇÕES:--

Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares (Independente), substituído por Carlos Alberto Nogueira Braga, secretário.-----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão.-----

MANDATO DE 2021/2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E de seguida informou que a presente sessão que se realiza em Formariz é o retomar da forma descentralizada na realização de pelo menos uma sessão anual da Assembleia Municipal pelas freguesias, interrompida pela pandemia de COVID-19.

Duarte Ribas, Presidente da UF de Formariz e Ferreira: na qualidade de anfitrião disse ser um grande prazer receber a reunião da assembleia, desejando que corresse bem.

Disse ainda que, no final dos trabalhos, haveria um lanche, para o qual convidou todos os presentes.

= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

-----Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação das atas da sessão ordinária realizada no dia 30 de junho de 2022.

Submetida à votação a ata foi aprovada por unanimidade.

Os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita não participaram na votação: Natércia das Dores Barbosa da Silva (PPD/PSD.CDS/PP); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da União das Freguesias de Cossourado e Linhares (Independente); Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.

= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =

-----Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.

O Presidente da AM verificou não haver informações a apresentar por membros de comissões, representantes designados pela Assembleia.

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao presidente da Câmara Municipal.

Celina Araújo Sousa do PCP/PEV: apresentou a moção “Pela Contínua Defesa do Serviço Postal Público, Universal e de Qualidade:”

“Em 1520 foi criado o Serviço Público de Correio que, com a República, passou a denominar-se Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, e que em 1969 passou a Empresa Pública CTT.

Ao longo de décadas, os CTT foram sempre uma referência de confiança e qualidade na prestação dos seus serviços e comunicações. Um Serviço público que despertou a gula do capital privado. Os CTT foram colocados num processo de privatização, ocorrido no quadro da liberalização do sector postal, esse processo consumou-se em 2013 e 2014 com a venda de 100% do capital dos CTT.

A qualidade do serviço postal degradou-se, em nome da redução dos custos de produção. Com o encerramento de centenas de estações, o serviço público ficou mais longe das populações, em particular as populações do Interior. A situação só não é pior graças à enorme dedicação e esforço dos trabalhadores.

Com a privatização, os CTT têm apostado noutras áreas de negócios, nomeadamente, no campo financeiro, o que tem posto em causa o cumprimento desses critérios e a garantia de um serviço postal universal, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

M. Paredes
30-09-2022

degradação sucessiva do serviço prestado, além de uma estratégia de desresponsabilização e encerramento de estações e postos, entregando o ónus do problema, em muitos casos, às autarquias locais e a estabelecimentos comerciais.-----

É indispensável a existência de um serviço postal público, universal e de qualidade, com que as populações possam contar. Um serviço que cumpra os critérios de acessibilidade, de condições do espaço de atendimento, do cumprimento de horários. Um serviço que garanta às populações a distribuição postal ao domicílio com regularidade.-----

A Assembleia Municipal de Paredes de Coura reunida a 30 de setembro de 2022 delibera aprovar a presente Moção Pela Defesa do Serviço Postal Público, Universal e de Qualidade de a reversão total da privatização dos CTT, como garantia deste serviço básico, que sirva as populações, a economia nacional e o país, em condições de dignidade e igualdade.-----

Presidente da Câmara: interveio dizendo que tudo o que for para melhorar o serviço e fazer alguma pressão e, para além disso, se for para defender os interesses da nossa terra, obviamente que devem concordar. O processo de privatização dos CTT e o respetivo serviço tiveram muitos problemas iniciais. Entretanto conseguiram melhorar, no entanto, sabem que a distribuição nem sempre é feita atempadamente e sabem dos problemas. Portanto, toda a pressão e influência que se exerça junto das Instituições, faz todo o sentido.-----

A seguir referiu, em nome de todos, a satisfação por estar presente em Formariz, remetendo um abraço muito especial ao senhor Duarte, ao senhor António e a toda a equipa que muito tem contribuído para o desenvolvimento desta freguesia.-----

José Augusto Sousa: PPD/PSD.CDS/PP: o PSD é claramente favorável à defesa da melhoria dos serviços prestados aos courenses, seja sob que forma for, mas não se revê na parte final da moção, sobre a nacionalização ou não dos CTT. Portanto, nessa matéria não concorda e não poderá votar a favor, a menos que seja excluída essa parte.-----

Presidente da Câmara: assumiu a distração e pensar que a moção fosse apenas no sentido de exercer pressão para promover o funcionamento dos CTT. Que, de facto, a reversão da privatização não faz sentido. Disse estarem sempre na disposição de fazer pressão política, exercer influência, criticar para que o serviço melhore, agora voltar novamente a uma nacionalização, entende que não. No entanto deixou à consideração de todos os membros da Assembleia.-----

Manuel Monteiro - PS: "É com muito gosto que também liderando a bancada do Partido Socialista estou aqui presente em representação desta bancada nesta simpática localidade, como se costuma dizer. E de facto também eu, e peço desculpa por isso, me distraí analisando outra coisa. De facto, também nós nos revemos na melhoria dos serviços públicos. E o que está aqui em causa é a melhoria do serviço público. Que, como já foi dito, tem vindo a melhorar desde a privatização: na parte inicial ou seja em 2014, 2015 ... 2017 houve sempre problemas. De facto, a melhoria talvez tenha a ver com a diminuição significativa do volume de correspondência que é entregue, e não tanto pela melhoria do serviço. E nesse aspeto nós devemos fazer pressão para que melhore essa entrega e todos os outros serviços. Pois a população que os CTT servem é a população que hoje, na linguagem mais moderna, é uma população infoexcluída, ou seja, a população mais idosa. Ora, nesse aspeto, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviço continua a ser de importância primordial para parte significativa da nossa população. Temo que alinhar com a proposta que o PCP/PEV faz de reprivatização possa não ser a melhor solução. Sabemos que os serviços públicos têm dificuldades de atender as populações ou os territórios de mais baixa densidade. E sabemos porquê? Porque, e às vezes até o próprio PS alinha nesta onda, numa certa onda neoliberal de que não havendo lucros, não há prestação de serviço. Portanto, o que nós temos de fazer neste domínio, alinhando com parte substancial da moção proposta pelo PCP/PEV, é fazer pressão para que haja uma melhoria significativa do serviço. Agora, convenhamos, os CTT têm proposto à população, na linha de concorrência com outras instituições, uma série de serviços adicionais, como lojas mais atuais, mais atualizadas em termos tecnológicos e que também prestam outros serviços. É isso que temos que reivindicar aqui para Paredes Coura porque, e na vossa moção não o identificam em concreto, se há problemas é aí temos de ser assertivos e mobilizar quem tem mais poderes para o fazer, que é, neste caso, o executivo municipal, para que junto da empresa exerça a sua capacidade de influência para que a prestação de serviço se faça com maior eficácia. Na vossa moção, de facto, não identificam que no nosso território haja problemas significativos. Eles acontecerão provavelmente, como não pode deixar de ser com a distribuição de um serviço tão disperso como é o do nosso concelho. De qualquer maneira, nós subscrevemos parte e nessa matéria não acompanhamos aquilo que é, digamos, o essencial na vossa perspetiva. Entendemos nós, que é a renacionalização e, nesse sentido, nós não estamos de acordo. Portanto, é muito clara a nossa posição. —

José Augusto Sousa: PPD/PSD.CDS/PP: questionou a proponente se pretendia reajustar a frase final moção – “de reversão total da privatização dos CTT –, a fim de encaminhando-a para votação, votarem-na favoravelmente. Observou, de seguida “que a melhoria do serviço, meu caro colega de bancada do PS, em abona da verdade também se deve ao trabalho da Câmara Municipal, quer na numeração de todas as habitações, dos caminhos e das juntas de freguesia. Portanto, não é obra do acaso, é também obra nossa. E obviamente que me sinto em casa, em Formariz e portanto, esse lapso de não ter referenciado estar onde estou. —

Presidente da Assembleia: propôs à proponente, Celina Sousa, se estava na disposição de retirar a frase “e a reversão total da privatização dos CTT” ou se decidia manter para efeitos de votação o texto na íntegra. —

Celina Araújo Sousa do PCP/PEV: “Tal como os colegas de bancada do PSD e PS referiram, nós estamos a falar de um serviço público. Que isso fique claro e que não tem sido tão público quanto isso porque, aproveitando, por exemplo, o facto de estarmos na União de freguesias de Ferreira e Formariz, se calhar se perguntássemos aos habitantes de Ferreira e Formariz com que frequência é feita a distribuição, eles iriam dizer-nos que é feita uma vez por semana e que, provavelmente, já receberam muitas convocatórias para consultas que já estavam caducadas, ou coisas semelhantes. —

Relativamente à alteração do texto, nós podemos retirar essa parte, apesar de continuarmos a defender que os CTT devam ser nacionalizados, mas achámos que é de extrema importância que esta pressão seja feita, porque não é justo que isto aconteça e nós temos informação que, em concelhos vizinhos, esta distribuição está a ser feita de forma quinzenal, ou seja, nós para lá caminharemos. E, por isso, em defesa do serviço, nós aceitamos retirar essa parte”. —

Presidente da Assembleia: agradeceu a abertura do PCP/PEV e do consenso para a aprovação, em princípio, por unanimidade, da moção. E considerando que, de facto, os CTT, apesar da privatização, têm de prestar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviço público, submeteu a moção à votação sem a frase "(...) de a reversão total da privatização dos CTT (...)", que foi aprovada, por unanimidade, com a declaração de voto da proponente, Celina Sousa, com o seguinte teor: "Queria deixar em declaração de voto que continuamos a defender a reversão total da privatização dos CTT, mas abdicámos dessa parte no texto, para fazer alguma pressão e para que o serviço ganhe mais qualidade". -----

Manuel Monteiro - PS: "Proponho um voto de louvor a todos os colaboradores, quer voluntários, quer colaboradores do município, quer colaboradores das juntas de freguesia que, de uma forma ou de outra, participaram ativamente para que o conjunto de atividades realizadas na nossa comunidade tivesse o êxito que todos reconhecem que tenha sido um instrumento de projeção do concelho, desenvolvendo e criando maior atratividade da nossa comunidade, no domínio do turismo, no domínio do alojamento, no domínio da restauração, portanto, contribuindo de forma ativa e significativa para a economia local e também como promoção de um destino cultural que se afirma no contexto do Alto Minho, mas que se afirma, sobretudo, num contexto já mais alargado ao contexto nacional. E assim, proponho a esta Assembleia que aprove um voto de louvor às atividades que decorreram: Festa da Truta; Coura ME; Festas do Concelho, dinamizadas e organizadas pela Associação Landra; à atividade Mundo ao Contrário e ao próprio Festival de Paredes de Coura, que, como sabem, depois de 2 anos de interregno todas as atividades tiveram o seu regresso e muito contribuíram para que o concelho retomasse o seu dinamismo. -----

Assim, como já disse, o voto é extensivo a todos os colaboradores do município, a todos os colaboradores da Junta de Freguesia e a todos os voluntários das diversas associações culturais e das diversas juntas de freguesia que muito contribuíram, particularmente, para o brilhantismo das Festas do Concelho, nomeadamente do Cortejo Histórico.-----

Submetido à votação, o presente voto de louvor foi aprovado, por unanimidade. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpeleções ao presidente da Câmara Municipal.-----

José Augusto Sousa: PPD/PSD.CDS/PP: "Começam a ser divulgados alguns dos dados referentes aos Censos de 2021 e podemos hoje já fazer uma primeira análise dos dados da evolução da população e das suas implicações, em termos de necessidade de decisões políticas ao nível do Governo da República, mas também a nível concelhio. -----

Em 1960, Paredes de Coura tinha 14 886 pessoas residentes, e destes 4 935 com menos de 14 anos, ou seja 33% da população. -----

Em 2011, Paredes de Coura tinha 9 198 pessoas residentes e 1 127 com menos de 14 anos, ou seja, já apenas 12,3% da população.-----

Em 2021, Paredes de Coura tinha 8 632 pessoas residentes (-6%), e destas apenas 949 com menos de 14 anos, ou seja 11% da população.-----

Ao invés, as pessoas com mais de 65 anos pesavam em 1960, com 1 467 pessoas, apenas 10% da população; em 2011 com 2.472 pessoas, já 27% da população; em 2021 com 2 661 pessoas pesa 31% da população. -----

Com estes dados há 280 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 pessoas com menos de 14 anos.-----

Podíamos ainda fazer uma análise mais fina, mas pensamos que este nível de evidência coloca já algumas questões que aqui queremos trazer: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A análise da evolução destes resultados permite concluir, que no mínimo a situação vai manter-se, mas a tendência é agravar-se (não obstante os efeitos da COVID19).-----

Assim, teremos que, junto do Governo Central, exigir o alargamento do número de lugares para a assistência aos mais idosos e o aumento do nível de apoio, incluindo para familiares, mas também, a Câmara Municipal tem o dever e a obrigação de garantir aos Courenses, quer diretamente, quer por intermédio das instituições locais, um serviço de apoio condigno e adaptado ao atual modo de vida.-----

Neste sentido, a Câmara Municipal tem de apoiar as instituições locais, quer no aumento da sua capacidade quer na melhoria das condições atuais proporcionadas, pois que, em algumas situações as condições atuais, mesmo quando comparadas com outras instituições que prestam serviços similares no concelho, já necessitam de melhorar o nível de serviços prestados à população, que têm o direito de ter condições equivalentes, onde quer que estejam no concelho.-----

É importante também que a Câmara Municipal decida avançar nas condições tecnológicas do concelho, não se ficando apenas com a rede 5G, mas avançando também com a instalação de rede LORAWAN ou equivalente que entre outras e muitas potencialidades poderia permitir, por exemplo, com interligação com as Autoridades de Saúde e oferta de saúde do concelho, com as Autoridades da Proteção Civil, incluído as forças de segurança, quer com os familiares, o registo de sinais de alerta nas funções vitais dos mais idosos, acelerando os processos de assistência à população, e de localização e acompanhamento das nossas crianças, ainda que respeitando sempre o direito à privacidade.-----

Como medidas complementares também é importante que a Câmara Municipal avance com o estudo e implementação de protocolos com as empresas do concelho que possam passar por regime de part-time, assegurar a continuidade da atividade aos interessados, que mesmo atingindo a idade de reforma, sintam ainda capacidades para o mercado de trabalho/ocupacional.-----

Também como resultado da análise estatística dos resultados dos censos, parece ser evidente a necessidade do reforço significativo dos apoios à natalidade, quer sejam em espécie, quer em garantia de pagamento de serviços não cobertos pelo SNS (seja ou não pelo seguro de saúde geral para a população), mantendo-se e reforçando aos apoios à educação e formação (alargando-se também a formação de adultos), os apoios fiscais aos particulares e as empresas, de forma a aumentar significativamente a taxa de natalidade.-----

Por último, mas sem que por isso de menor importância, tem a ver com o apoio a políticas de emigração. Neste ponto são necessárias medidas ao nível da oferta habitacional, que além das anunciadas e curtas habitações a preços controlados e centralizados na sede do concelho, temos de ser mais ambiciosos, com isenções de IMI a quem queira a reconstrução dos prédios urbanos não habitados e degradados, com isenção IMI a quem com habitações não ocupadas (por exemplo dos emigrantes) possam colocar em arrendamento e a CM decida avançar com apoio à renda, para que se possam cativar, onde nos interessa cativar emigrantes com as formações adequadas ao que necessitamos, para virem viver e trabalhar no nosso concelho de forma a inverter a tendência de perda demográfica acentuada que as políticas desenvolvidas no passado não conseguiram resolver.-----

O PSD apresentará em reuniões de Câmara Municipal e da Assembleia Municipal propostas que darão resposta às questões que aqui suscitamos, mas que deixamos já o repto para de imediato a Câmara Municipal se possa antecipar e pôr em prática o que aqui sugerimos.-----

Presidente da Assembleia: como estamos no ponto das intervenções políticas pelos grupos municipais e como o conteúdo da Assembleia é totalmente político, tudo o que é dito é suscetível de discussão, quer pela Câmara Municipal, que pelo seu Presidente, quer pelos senhores vereadores se tiverem autorização para intervir, quer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelos outros membros da Assembleia, portanto, pergunto ao senhor Presidente e pergunto aos partidos se pretendem intervir em relação a esta intervenção.-----

Presidente da Câmara: “Lincoln dizia que existiam três tipos de mentira: a pequena mentira, a grande mentira e a estatística. Neste contexto, esta estatística serve para tentar mostrar que o PS, ao longo destes 7 ou 8 anos de governação, tem sido incompetente e como tem sido incompetente, obviamente que as suas políticas não são boas e, portanto, o recuo demográfico em Paredes de Coura que faz parte do grupo dos pequeninos é mais grave, comparado com os concelhos governados pelo PSD que eram considerados modelos de desenvolvimento. Se calhar, até é coincidência, mas foi nos territórios com câmaras governadas pelo PSD, que o decréscimo demográfico foi maior. Não faço análises de pormenor, nem análises intermédias, faço análises líquidas e, Ponte da Barca perdeu 7%, Monção perdeu 9%, Arcos de Valdevez perdeu 10% e Melgaço perdeu 15% a 16% da população, ou seja, há uma tendência geral. E aí, o dr. José Augusto foi objetivo, é verdade. Há uma tendência geral de decréscimo e o Alto Minho não será exceção. Obviamente que até agora temos conseguido evitar a sangria e admito que no futuro, Paredes de Coura esteja mais preparado para enfrentar este desafio demográfico, apesar de vos dizer que não é fácil.-----

Relativamente às políticas de habitação de que falou, não estamos apenas com a habitação a custos controlados no centro da vila, mas estamos, também, a preparar um projeto que está quase finalizado para a zona da Nogueira, isto é, um projeto da Câmara Municipal para construir mais 55 habitações. Há alguns projetos privados, o que é bom, não os hostilizo e até admito que, em determinadas terras, os privados consigam investir e colmatar, muitas vezes, algumas lacunas que o setor público não consegue.-----

Algumas das medidas do Dr. José Augusto fazem todo sentido, apesar de nós discordarmos em alguns pontos, como a fiscalidade, ou melhor, defendo que não devemos fragilizar o lado da receita fiscal, porque os tempos que aí vêm serão difíceis e nós poderemos ajudar as pessoas do ponto de vista fiscal ou do ponto de vista mais estrutural. Estamos a tentar fazer consolidação orçamental, e hoje, uma das revisões ao orçamento tem a ver com o preço exorbitante e com o aumento crescente dos bens alimentares e com outros custos que não estávamos a contar, como é o caso dos transportes, que têm a ver com a com a energia.-----

Obviamente que o problema da demografia se combate pelos apoios, mas combate-se, sobretudo, pelo lado da criação de emprego. E aí, Paredes de Coura tem dado cartas. Continuamos a trabalhar. Quando falou nas políticas da emigração, estamos a falar com uma comunidade em Vigo, de pessoas já inseridas e com capacidade de trabalho, algumas delas da Bolívia. Já tivemos um encontro com alguns representantes e obviamente, como disse, é verdade e nisso também nós concordamos e estamos a fazer esse trabalho que é preciso, habitação, sobretudo habitação pública, mas também, habitação privada. E esperamos também, agora com o novo acesso, que as condições sejam mais favoráveis para os privados, porque também não devemos pensar que podemos resolver o problema apenas pelo lado público. Temos de criar condições, também do ponto de vista privado, para atrair mais investimento.-----

Por isso, concordo com algumas das medidas que o Dr. José Augusto propõe. Agora, também lhe devo dizer que estamos a trabalhar nesse sentido. Estamos até muitas vezes a antecipar o futuro.-----

Infelizmente, o censo não nos deixou satisfeitos, mas também não nos deixou particularmente tristes, porque mostrou que o trabalho que estamos a fazer está a surtir efeitos porque a sangria demográfica foi muito maior noutros sítios. É evidente que não me importo com os problemas dos outros sítios, mas também é um sinal de que as situações mais catastróficas do passado agora são cada vez mais raras em Paredes de Coura. E obviamente que isso se deve a todas as pessoas, a todos os intervenientes. Deve-se também à Câmara, deve-se aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresários, deve-se aos trabalhadores de Paredes de Coura que, de facto, e não estou aqui a tentar ser agradável ou simpático, são gente muito competente, com capacidade de adaptação, e só um trabalho conjunto é que permite, de facto, criar esperança. E continuo a dizer que é pelo lado da economia, pelo lado do emprego, pelo lado da vitalidade económica, pelo lado da tecnologia que nós podemos contrariar esta tendência. —————

Se o PSD tiver propostas, nós obviamente que estaremos aqui para acolhê-las, discuti-las, e trabalharmos todos juntos, pelo bem comum e pelo bem maior, que é o bem de Paredes de Coura”. ————— -

Manuel Monteiro - PS: Muita da argumentação do Sr. Presidente da Câmara naturalmente seria usada por nós. E nós subscrevemos o que foi dito. Ora, naquilo em que estamos em sintonia e de acordo com o PSD é no diagnóstico. Diagnóstico em algumas medidas que subscrevemos. No apoio à natalidade, no apoio à renda; que já existe, mas que pode ser revisto e pode ser ampliado, que pode ser reconvertido ou adequado às novas situações, nomeadamente na questão da imigração. —————

Naquilo em que divergimos e que temos uma leitura diferente é na estatística. Vamos lá ver um dado objetivo. A população diminuiu entre 2001 e 2011, 15%; entre 2011 e 2021, estima-se em 6%. Então o que se passou? A natalidade manteve o mesmo nível entre os 5,5 e 6 pontos, nos últimos 10 anos. O índice de envelhecimento passou de 227 em 2011 para 280, estimando-se em 2021. Portanto, a longevidade aumentou. Entre estes 15 e os 6% não tem a ver com a fixação da população ativa. E isto remete-nos para aquilo que foi a argumentação do sr. Presidente da Câmara. Realmente, o apoio à natalidade, a centralidade do apoio à natalidade está na criação de emprego, embora as medidas paliativas que temos vindo a aplicar no concelho há mais de 20 anos, e nisso fomos pioneiros como sabe e como subscreveu, honra seja feita, há mais de 20 anos que temos medidas de apoio à natalidade. Mas o apoio à natalidade de hoje, para além do apoio pecuniário tem que ter outra dimensão que nós já vimos defendendo desde 2005. Como a criação de espaços de apoio à conciliação da vida profissional e familiar. Estou-me a referir às creches, estou-me a referir aos jardins de infância que foram feitos neste concelho. e, nesse espeto, tivemos a primeira edição do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) e fomos pioneiros também nesse acesso e não construímos mais creches porque não calhou. Mas também devo referir, e o sr. Dr. José Augusto podia ter dito, que de facto temos estado atentos e a Câmara Municipal, nesse aspeto, tem estado atenta às necessidades das instituições de acolhimento de idosos. Eu relembro a candidatura que foi aprovada há 3 ou 4 meses de remodelação do lar da Santa Casa da Misericórdia que, penso eu, se não me falha a memória, anda nos dois milhões e oitocentos mil euros. —————

E, aquilo que diz, que o executivo municipal é central no apoio e, sobretudo, na estimulação, na criação de dinâmicas, junto das instituições, das IPSS, esse suporte tem sido sempre presente na atividade do município. E, portanto, nesse domínio, estamos em acordo em muitas coisas e subscrevemos a maioria delas. E como também já foi dito, há leituras ligeiramente diferentes, porque podemos acrescentar sempre alguma coisa que vem em nosso benefício, e que vem em favor daquilo que pretendemos argumentar. Que pode ser, eventualmente, julgo que não, espero que não, denegrir estatisticamente a atividade da Câmara Municipal. —————

José Augusto Sousa: PPD/PSD.CDS/PP: Antes de mais, eu queria dizer-lhes que fico muito contente que uma intervenção política seja objeto de discussão na Assembleia Municipal. Que eu conheça, não há nenhuma Assembleia Municipal que ponha à discussão as intervenções políticas nem que tenha visto, na Assembleia da República, nenhuma discussão sobre as intervenções políticas. Mas fico muito contente que uma intervenção minha tenha podido gerar esta discussão. —————



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nº 1
Paredes de Coura

Segundo ponto: podia tê-lo feito, mas não quis pegar, nem politizar demasiado os resultados do censo para Paredes de Coura. Podia ter pegado e até estava com receio que o sr. Presidente da Câmara começasse a dar mais importância à comparação com os outros concelhos do que às reais questões que aqui trazia e que corrigiu depois, na parte final da sua intervenção. E, fiquemos com essa parte e com a intervenção também do porta-voz do Partido Socialista, ao reconhecer que genericamente estão aqui levantadas questões que todos temos que resolver.-----

Relativamente a algumas questões, sim, senhor, porta-voz do Partido Socialista, nós fizemos pouco, devíamos ter feito mais, devíamos ter sido mais ambiciosos, fomos o que fomos. Fomos pioneiros, mas devíamos ter sido ainda mais enfáticos na luta contra a perda da natalidade no nosso concelho e na luta pela captação e manutenção das pessoas que cá estão e eu também me penitencio por isso, porque também estava na Câmara nessa altura. Mas centremo-nos no que é importante e centremo-nos naquilo que ainda podemos fazer para recuperar a dinâmica e aumentar o nível da população, porque só assim, só aumentando o nível da população do concelho é que nós teremos, do ponto de vista da estratégia futura do concelho, a sustentabilidade da nossa terra. -----

Presidente da Assembleia: disse terminar esta parte, embora ninguém ficasse convencido de que a descida demográfica se verifique unicamente nas câmaras municipais lideradas pelo Partido Socialista. É um problema que intercepta todas as câmaras municipais, e as do PSD também sofreram quedas muito significativas. -----

A Mesa não deve intervir, mas se me perguntarem se prefiro Paredes de Coura com 9000 habitantes, com a qualidade de vida que existe atualmente, ou Paredes de Coura com 16 000 habitantes com a qualidade de vida de outrora, eu prefiro esta porque nós sabemos como é que viveram os nossos avós, bisavós e tetravós, e o problema é que a população de Paredes de Coura, devido às suas próprias características, foi em parte vítima de uma ruralização muito acentuada, porque os nossos avós e bisavós e tetravós eram quase todos agricultores. Portanto, não tenhamos ilusões. -----

= ORDEM DO DIA =

Presidente da Assembleia: pediu a autorização da Assembleia Municipal para, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, incluir na ordem do dia (OT) a terceira revisão aos documentos previsionais para o ano de 2022, distribuído previamente e que carece de aprovação de pelo menos 2/3 dos membros da Assembleia. Sendo aprovada, passa a ser o ponto nº 5 da OT, passando a intervenção do público para ponto nº 6. Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

Presidente da Câmara: Continuamos com a consolidação orçamental. Mas há despesas nas autarquias estão a aumentar, os transportes, a energia, a alimentação. Assim, os próximos tempos vão ser de exigência. Já disse a alguns presidentes de junta que, se calhar, vamos ter de pensar menos nos caminhos e mais nas pessoas, porque os próximos tempos que se adivinham serão difíceis. Agora, obviamente, que a Câmara de Coura está preparada porque tem capacidade de endividamento e tem fôlego financeiro para responder às necessidades das pessoas e, conjuntamente, todos os que estamos aqui cuidaremos para que ninguém fique para trás.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Celina Sousa – PCP/PEV: aproveitando a questão levantada pelo sr. Presidente, dos tempos que se avizinham, sabemos que poderão ser difíceis de gerir, mas pensamos que há situações que merecem alguma reflexão, nomeadamente, os problemas de circulação na rua Dr. Albano Barreiros. Desde que a passagem passou a ser feita apenas em um dos sentidos, a circulação de veículos pesados tem tido dificuldades constantes. No dia 28, houve mais um camião a ficar em situação difícil naquela subida. Foi necessário, mais uma vez, a intervenção da GNR e foi preciso desviar o trânsito até que a situação se resolvesse. E nós sabemos que essa mudança no trânsito foi feita para diminuir os constrangimentos e o número de acidentes que aconteciam entre a EN 303 e a rua Dr. Afonso Viana. Mas achamos que a solução encontrada não foi, de todo, muito feliz. O trânsito está constantemente condicionado quando há um camião a subir a rua Dr. Albano Barreiros. Neste sentido, a coligação PCP/PEV encontra-se disponível para dialogar, de forma a encontrar-se uma solução que seja definitiva para este problema.-----

Presidente da Câmara: é um assunto de que já estamos a tratar. Temos uma reunião no dia 11 na IP (Infraestruturas de Portugal). Não me arrependo da decisão, mas também concordo que a solução não foi a ideal. Só que, sinceramente, também não havia alternativa, porque mesmo que na rua Dr. Albano Barreiros ou até na rua Dr. Afonso Viana, houvesse dois sentidos, os camiões continuariam a ter muitas dificuldades. Melhor dizendo, a nossa Vila é pequena e do ponto de vista urbanístico não é fácil resolver os problemas de trânsito. Até poderíamos ficar aqui toda a noite na tentativa de encontrar uma solução, mas sem uma via alternativa não vamos a lado nenhum, porque de facto os acidentes acabaram completamente, mas a solução continua a não ser a desejada. A solução seria arranjar uma alternativa na estrada que acaba em Formariz e tirar os camiões e o trânsito pesado da Vila. E é isso de que já estamos a tratar. Acabar com os constrangimentos da ponte de Mantelães com a ligação da zona industrial de Formariz à zona industrial de Castanheira. A alternativa é desviar o trânsito do centro da Vila e evitar as subidas existentes.-----

Assim, temos um projeto e no dia 11 vamos ao IP a fim de arranjar financiamento, pelo menos, para que uma parte da obra comece brevemente, para que faça parte do Orçamento Geral do Estado ou de outros fundos. Portanto, é problema no qual já estamos a pensar há 2 anos porque concordamos que, de facto, a situação não é a desejada. No entanto, estou aberto, se quiserem, para na próxima semana reunirmos para encontrar alternativas e se me arranjam uma solução milagrosa porque a situação é difícil. É um problema que também se prende com a cota geográfica, o relevo e condicionalismos urbanísticos da própria Vila. Assim, a resolução passa por tirar o trânsito pesado do centro da Vila e aproximar a parte de cima do concelho, Castanheira, Bico e Cunha, que, de facto, se queixa que Sapardos não é uma alternativa muito competitiva, para além de que irá facilitar o transporte de doentes.-----

REPRESENTANTE NA COMISSÃO CONSULTIVA DO PDM

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação de proposta de designação de representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva do PDM, nos termos da d), nº 1, artigo 7º, da Portaria nº 277/2015, de 10 setembro.-----

Por proposta do PS de designação de representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva do PDM, nos termos da d), nº 1, artigo 7º, da Portaria nº 277/2015, de 10 setembro, foi eleito, por escrutínio secreto, o presidente de junta da freguesia de Coura, Luís Miguel Barbosa Montenegro, com 27 votos. Houve 06 votos em branco.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Perfaced
[Signature]

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DESPESA E PPI

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, para o ano de 2022. -----

Presidente da Câmara: informou que a presente revisão ao orçamento se destina a incorporar a receita da venda dos lotes da zona industrial à Zendal e à Estega Lusitânia, em que a Câmara vai receber quatrocentos e cinquenta mil euros e porque a alienação de imóveis a partir de determinado valor é competência da Assembleia Municipal.

As outras circunstâncias da revisão ao orçamento têm a ver com a Lei das Finanças locais. Era expectável que isso acontecesse, embora neste período tão difícil, não seria sensato ou pertinente que acontecesse, mas veio a acontecer. Mas tudo isto já estava decidido até antes do contexto desta guerra na Europa que, à exceção de Arcos de Valdevez, por questões que têm a ver com a dimensão, com as vias de comunicação, com as despesas, todos os municípios do Alto Minho perderam dinheiro do Orçamento Geral do Estado e Paredes de Coura perdeu uma verba de 550 mil euros, o que é bastante dinheiro. E como as previsões são feitas no orçamento elaborado no ano anterior, os custos energéticos com os transportes, com a alimentação e com despesas extraordinárias, aumentaram muito, verificando-se até despesas na área escolar com aumentos na ordem dos 35%. -----

É evidente que os municípios já fizeram chegar estas preocupações ao Governo, até porque isto foi discutido no âmbito da descentralização e obviamente que o Estado terá de atender à situação das autarquias, porque as autarquias que estiverem em piores situações financeiras terão muitas dificuldades em cumprir e honrar os seus compromissos e obviamente que isso poderá levar a que a população passe por dificuldades. Portanto, são estes três motivos: a incorporação da receita proveniente dos lotes da zona industrial, a diminuição acentuada das transferências do orçamento geral do Estado e os custos inauditos e inesperados, que aconteceram sobretudo com o aumento e com a inflação e tudo decorrente do aumento dos custos energéticos. -----

José Augusto Sousa – PPD-PSD.CDS-PP: o PSD, como sempre, não se opõe a revisões dos planos e do orçamento, desde que eles sirvam para prestar serviço à população. O que é estranho, porque já tenho muitos anos de Assembleia, é que se esta situação de corte de verba no valor de quinhentos e cinquenta mil euros na receita, acontecesse num Governo do PSD, a maioria do PS já teria proposto aí umas vinte moções de censura ao Governo. E agora só está a dizer que estão a pressionar, quando isto acontece num contexto de superavit orçamental, situação que só aconteceu uma ou duas vezes na nossa vida democrática. -----

Não se joga muito e só se percebe que é uma crítica direta ao Governo pela tendência centralista que tem e não pela descentralização que defende. -----

Presidente da Câmara: sim, mas não devemos esquecer que este corte decorre da Lei das Finanças Locais, aprovada pelo PS e pelo PSD. Agora, obviamente que se poderia fazer política com isso, podia, mas até podemos fazer política por uma garrafa de água ou por qualquer objeto. E acredito que isso pudesse acontecer agora, sou político de forma profunda, mas procuro transmitir às pessoas a verdade, porque a verdade acaba sempre por ser melhor conselheira e até faço uma crítica ao meu partido, não tenho problema absolutamente nenhum que, no caso da diminuição do IVA da eletricidade, criou nas pessoas uma expectativa que depois se veio a comprovar que só atinge um escasso grupo de pessoas da nossa sociedade, mas isso cada um assume a responsabilidade e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunica da forma que o desejar e quem sou eu para estar aqui a falar assim, mas tenho a liberdade de fazer críticas até ao meu partido e não nisso mas noutras circunstâncias.-----

Submetida à votação, a proposta de 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, para o ano de 2022, foi aprovado por unanimidade.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 2022

Ponto n.º 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 3ª Revisão aos documentos previsionais da Câmara Municipal, para o ano de 2022.-----

Presidente da Câmara: Esta revisão aos documentos previsionais tem a ver com um ajustamento dos cronogramas financeiros em consequência do atraso das obras da zona industrial de Formariz, por dificuldades imprevistas do ponto de vista da geologia, para falar português, demos com uma autêntica pedreira, e obviamente, os custos adicionais fazem-se sentir.-----

Tivemos, também, alguns problemas que decorrem das obras, que também se atrasaram, designadamente a Estrada do Codessal e outro, talvez o motivo principal, que tem a ver com a cedência de posição contratual relativamente às obras de saneamento, em que uma mudança legislativa de 15 de Setembro, permite que as obras de saneamento até agora sob a alçada da ADAM passem para a Câmara Municipal. Não quer isto dizer que vamos assumir mais custos, pelo contrário, nós vamos incorporar o dinheiro que já existia para fazer essas obras no nosso orçamento e de certo modo, iremos poder acompanhar as empreitadas com maior proximidade e, obviamente, que também é uma vantagem para a Câmara de Paredes de Coura. Esta cedência de posição contratual é positiva para a Câmara, do ponto de vista financeiro, e a empreitada passará a ser acompanhada com maior proximidade por parte dos serviços do município.-----

Nestas circunstâncias, eu aconselho, ou pelo menos esta é a minha opinião, que todos os membros votem favoravelmente, porque deste modo estamos a beneficiar quer o interesse prático da Câmara Municipal quer o interesse financeiro que acaba também por ser acautelado com esta cedência de posição contratual. Relacionadas com o abastecimento de água estão muitas obras a decorrer em Formariz, algumas delas começaram em finais de agosto e há muitas valas para tapar. Há dias, num primeiro contacto com a empresa verificámos que os responsáveis já estão no terreno para, antes da pavimentação, ver se todas as situações estão resolvidas para finalmente serem pavimentadas no dia 10 de outubro. Sei que há muitas pessoas descontentes pois as obras trazem situações indesejáveis, transtornos e constrangimentos na circulação, mas trazem também benefícios futuros e não há outro modo de resolver estas situações.-----

Submetida à votação, a proposta de 3ª revisão aos documentos previsionais da Câmara Municipal do ano de 2022, foi aprovada por unanimidade.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 05 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30-05-2022, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 23-12-2021, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

Ponto n.º 6 - Intervenção do público. _____

Não houve intervenções. _____

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. _____

Assinado.

Ruperto Boreiro de Azevedo

[Assinatura]

